

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
INSTITUTO DE AGRONOMIA/INSTITUTO
MULTISCIPLINAR**

II Fórum da Pós-Graduação em Geografia PPGGEO/UFRRJ

II FÓRUM DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GEOGRAFIAS DA BALBÚRDIA: (RE) EXISTÊNCIA DA PESQUISA EM TEMPOS DE RETROCESSO

DIA: 18/06 - 9H00 ÀS 17H30
APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

DIA: 25/06 - 13H30 ÀS 17H30
MESA REDONDA NO ANFITEATRO

LUGAR:
ANFITEATRO DA PÓS-GRADUAÇÃO IM/UFRRJ

Logos: PPGGeo, UFRRJ, FAPERJ, CNPq, CAPES

Caderno de Resumos

Nova Iguaçu
2019

Apresentação

O Programa de Pós-Graduação em Geografia realiza o II Fórum da Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ tendo como temática: Geografias da Balbúrdia: (Re) Existência da Pesquisa em Tempos de Retrocesso, nos dias 18/06 e 25/06/2019 no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ – Campus Nova Iguaçu.

No dia 18/06, das 9h00 às 17h30 teremos apresentações das pesquisas em desenvolvimento no PPGGEO/UFRRJ no auditório do Prédio da Pós-Graduação do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ – campus Nova Iguaçu.

No dia 25/06 temos Rodas de Conversa com apresentação de pesquisa de outros programas de pós-graduação das 13h00 às 14h30. Logo a seguir, às 14h30 no Auditório do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ – Campus de Nova Iguaçu, ocorre a Mesa Redonda que vai discutir a temática central: Geografias da Balbúrdia: (Re) Existência da Pesquisa em Tempos de Retrocesso com os convidados: Prof. Dr. Francisco das Chagas Nascimento Júnior (Departamento de Geografia do IM/UFRRJ); Prof. Ms. Leandro Machado (Departamento de Educação e Sociedade IM/UFRRJ e doutorando no PPGEduc/UFRRJ); Prof. Dr. Maurilio Lima Botelho (Departamento de Geografia IA/UFRRJ e PPGGEO/UFRRJ); e Profa. Ms. Larissa Lima (Colégio Pedro II e doutoranda no PPGG/UFRRJ).

Apresentamos neste Caderno de Resumo os trabalhos apresentados no dia 18 de junho de 2019 no II Fórum da Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ.

A organização do II Fórum ficou a cargo do(a)s aluno(a)s da disciplina Seminário em Geografia – 2019 do PPGGEO/UFRRJ e do Prof. Dr. Clézio dos Santos (PPGGEO/UFRRJ).

Nova Iguaçu, 15 de junho de 2019

Clézio dos Santos

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFRRJ)

Sumário

A DINÂMICA ESPACIAL DENTRO DA SALA DE AULA DOS ALUNOS DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO, DO COLÉGIO ESTADUAL MARIA SIQUEIRA DE ANDRADE DE NOVA IGUAÇU-RJ

Adriano Magalhães de Souza

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM SANTA CRUZ (RIO DE JANEIRO - RJ): A NOVA AVENTURA DO DESENVOLVIMENTO E A TKCSA/TERNIUM BRASIL

André Luiz do Nascimento Germano

OS LUGARES E SUAS GEOGRAFIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Bruna da Silva Cavalcante Bosio

PARA BOM PROVIDOR UMA PLATAFORMA MOODLE BASTA: ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS VIRTUAIS NA FORMAÇÃO EM EaD.

Débora Gaspar Soares

JOGOS ELETRÔNICOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: A UTILIZAÇÃO DO “MINECRAFT” COMO RECURSO DIDÁTICO PARA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE LUGAR

Douglas Basilio da Silva

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS DA BAIXADA VERDE: DESAFIOS E POTENCIALIDADES.

Geovane Alencar Xavier Matos

INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS NO COMPLEXO DE MANGUINHOS: ANÁLISE DO LEGADO DO PAC MANGUINHOS - RJ

Gilson Ribeiro da Silva

ENSINO DE GEOGRAFIA PARA SURDOS: (RE)PENSANDO ALGUMAS PRÁTICAS PARA A ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA

Giulia Gonçalves Arigoni Nicacio

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA RESERVA BIOLÓGICA DO TINGUÁ: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Guilherme Preato Guimarães

GEOPROCESSAMENTO APLICADO À AVALIAÇÃO DE EVENTOS DE INUNDAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIAL NA REGIÃO DE MAMBUCABA (ANGRA DOS REIS/RJ)

Isabella Mont'Alvão Pedro Irmão

ANÁLISE DE RISCO A INCÊNDIO FLORESTAL E ESTUDO SOCIOAMBIENTAL: CASO MACIÇO GERICINÓ MENDANHA, VERTENTE MESQUITA-RJ

Juliana Gusmão Brito Pires

A UTILIZAÇÃO DE ILUSTRAÇÕES COMO UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE CLIMATOLOGIA GEOGRÁFICA

Kamille Bittencourt Ferreira

CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA BRASILEIRA: REPRESENTAÇÕES DAS VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES

Laís Bôto Xavier

RIOS URBANOS E INUNDAÇÕES: A PERCEPÇÃO DO RISCO COMO FOCO DE ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL URBANA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO BOTAS, EM NOVA IGUAÇU (RJ)

Mariana Oliveira da Costa

ENTRE O OÁSIS E A MIRAGEM: O CRESCIMENTO ECONÔMICO DE QUEIMADOS A CONTRAPELO

Miguel Alexandre do Espírito Santo Pinho

MORFOMETRIA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GUAXINDIBA/ALCÂNTARA- LESTE METROPOLITANO (RJ), ASSOCIADA À ANÁLISE DA DINÂMICA DE USO E COBERTURA DA TERRA PARA AVALIAÇÃO DA VULNERABILIDADE A OCORRÊNCIA DE ENCHENTES

Pâmela Suelen Pereira Mendanha Lopes Pereira

A MOBILIDADE URBANA NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO COMO MEIO SEGREGADOR: OS TRANSPORTES PÚBLICOS NOS BAIRROS DE BANGU E REALENGO COMO FERRAMENTA DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL

Renan Navarro Martins

OS IMPACTOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO ENSINO DE GEOGRAFIA NO FINAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Tainá Gomes de Araújo

Organização



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)
INSTITUTO DE AGRONOMIA/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

A DINÂMICA ESPACIAL DENTRO DA SALA DE AULA DOS ALUNOS DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO, DO COLÉGIO ESTADUAL MARIA SIQUEIRA DE ANDRADE DE NOVA IGUAÇU-RJ

Adriano Magalhães de Souza

Mestrando de Ensino de Geografia da UFRRJ

Através do diálogo entre a pedagogia e o ensino de geografia, a presente pesquisa, que será realizada no C. E. Maria Siqueira de Andrade, localizado em Nova Iguaçu-RJ, no segundo semestre do período letivo de 2019, busca investigar por meio das relações entretidas dos saberes da ciência da educação e da ciência do espaço, mirando perceber quais são os fatores e como eles influenciam nas dinâmicas que determinam a posição das carteiras, professores e alunos dentro da sala de aula. O método investigativo consistirá em visitas periódicas com propostas participativas no formato de oficinas, que proporcionem reflexões sobre a tomada de consciência dos espaços utilizados por professores e alunos dentro da sala de aula, além de pesquisa por autores que abordem os seguintes temas: Problematização das relações de uma agenda neoliberal, imposta por uma elite conservadora e reacionária; Que conciliem os conceitos geográficos de espaço, lugar, território, região, a partir de uma visão humanista, com referências pedagógico-didáticas de uma geografia escolar; Pedagogias contra hegemônicas que indiquem a existências de dois grupos envolvidos na educação: aqueles que priorizam a manutenção da sociedade, conservando a ordem posta, e o segundo, os inconformados que buscam uma transformação da sociedade, confrontando a ordem vigente; História do ensino formal no Brasil; Adaptação da diversidade dentro da sala de aula, Pluralidade de saberes; Questões étnico-raciais, Técnicas do espaço tempo; A experiência como antítese da informação; A função social do ensino; A educação para complexidade, que permite correlacionar: o cotidiano, o científico e o escolar, propiciando o entendimento dos três separados e a soma da ação conjunta entre eles; A existência de uma educação escolar informal, o currículo oculto e sua importância na organização espacial; O significado da política; Como o professor compreende o ensino e aprendizagem; A tomada de consciência da identidade e diferença; A perspectiva cultural da relação com o espaço. Entre os responsáveis que propiciam a base bibliográfica do estudo estão autores como: Demerval Saviani, Stuart Hall, Tomaz Tadeu da Silva, Lana de Souza Cavalcanti, Milton Santos, Antoni Zabala, Hannah Arendt, Terciane Ângela Luchese, Eliana Maria Sacramento Soares, Eduardo Arriada, Gabriela Medeiros Nogueira, Mônica Maciel Vahl, Michael Apple, Éliesée Reclus, Paulo Freire, Moacir Gadotti e José Carlos Libâneo. Embora o contexto da sala de aula possa se referir a todos os níveis de escolarização, a análise será focada no ensino médio, mas vislumbrando uma oportunidade de modificações nos métodos e práticas pedagógicas envolvendo a escolha do lugar de cada sujeito dentro da sala de aula, a fim de promover o desenvolvimento da cooperação, autonomia, criticidade e generosidade como meio de intervir no mundo, sempre de maneira construída de comum acordo e não imposta, sem a figura do transmissor de conhecimento que detêm exclusivamente o saber, mas reforçando as práticas amplamente consolidadas da aprendizagem derivada de uma troca mútua entre o professor-aluno.

Palavras-chave: Sala de Aula, Dinâmica Espacial, Ensino de Geografia

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM SANTA CRUZ (RIO DE JANEIRO - RJ): A NOVA AVENTURA DO DESENVOLVIMENTO E A TKCSA/TERNIUM BRASIL

André Luiz do Nascimento Germano

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Mestrando - PPGGEO)

andreabcgermano@gmail.com

Resumo: A pesquisa tem como tema as transformações espaciais ocorridas em Santa Cruz, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro banhado pela Baía de Sepetiba, a partir de 2005, com a nova promessa de desenvolvimento que redesenhou as dinâmicas locais e fez a população deste território conviver, a partir de 2010, com as atividades siderúrgicas da TKCSA – ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico, atual Ternium Brasil. O Distrito Industrial de Santa Cruz foi inaugurado nos anos de 1970, como consequência de projetos que calcaram na indústria e no desenvolvimentismo a política nacional. Em 2005, com uma nova promessa desenvolvimentista à região, a TKCSA/Ternium Brasil iniciou suas obras no Distrito Industrial, entrando em funcionamento em 2010 e se juntando às outras empresas que atuam no Complexo Itaguaí-Santa Cruz. O objetivo desta pesquisa é compreender quais as vantagens e desvantagens de um bairro como Santa Cruz, posicionado no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense (OLIVEIRA, 2015), receber em seu território uma empresa como a TKCSA/Ternium Brasil, visto que uma siderúrgica desse porte tem potencial poluidor altíssimo e provoca diversas transformações no espaço local. Esse objetivo central se desmembra nos seguintes objetivos específicos: identificar os impactos sociais e ambientais, no bairro, decorrentes das atividades industriais da TKCSA/Ternium Brasil; discutir se a promessa de desenvolvimento vinda como norma global se concretizou no território local; analisar a oferta de emprego da empresa aos moradores do bairro; investigar as contradições entre as ações das grandes corporações internacionais, com ênfase na TKCSA/Ternium Brasil, e a vida local, do lugar, da dimensão espacial do cotidiano; investigar a inserção do bairro ao sistema produtivo global e suas consequências para a produção e organização do que o mesmo é na atualidade; identificar e classificar os agentes, intenções e processos produtores do espaço na região da Baía de Sepetiba, suas configurações e seus interesses a partir de 2005; e analisar as medidas compensatórias da empresa. As discussões sobre as relações entre o fenômeno técnico em sua totalidade e espaço geográfico, de Milton Santos, na obra *A Natureza do Espaço* (1996), nortearam metodologicamente a pesquisa, que estará dividida em três capítulos, possivelmente intitulados e organizados da seguinte maneira: 1. A industrialização de Santa Cruz e as promessas de desenvolvimento; 2. A instalação da TKCSA/Ternium Brasil e a produção do espaço em Santa Cruz; 3. Os impactos da TKCSA/Ternium Brasil na dimensão local.

OS LUGARES E SUAS GEOGRAFIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Bruna da Silva Cavalcante Bosio

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Mestranda - PPGGEO)

Este trabalho se propõe a avançar no debate formativo sobre o potencial do trabalho de campo no ensino de geografia. O lócus da pesquisa teve sua origem nas experiências das propostas de estágios supervisionados do campo geográfico. A partir de grupos de trabalhos, realizados por estudantes em formação, se realizou a escolha do lugar, pelo lugar de vivência de estudantes do ensino fundamental, segundo segmento, do Colégio Estadual Irineu Marinho, localizado no bairro do Centenário, Duque de Caxias, RJ. Os locais de campo, caracterizaram-se por espaços de desvalorização local, abandono e violência, e por consequência, por não serem atrativos para os moradores-estudantes. Tendo como metodologia, a busca de um olhar geográfico, que pudesse desvelar e descobrir possíveis potenciais do lugar, desenvolvemos o trabalho de campo, para o ensino da disciplina de Geografia, de forma ampliada a uma geografia crítica da cidade-lugar-território. O trabalho foi realizado no período de dois semestres e envolveu estudantes em formação no curso de geográfica, incluindo esta pesquisadora sob orientação, em diálogo com a escola fundamental, de forma metodológica, participativa. Propusemo-nos a pensar os lugares e suas geografias, e que estas podem ser usadas para um ensino de geografia escolar mais encarnado e potente em sua inscrição social. O lugar de vivência dos alunos pode ter potencial para tornar o ensino-aprendizagem de geografia mais significativa, acessível e contextualizada, para os estudantes. O Bairro de Lagoinha é uma localidade do bairro do Centenário, Duque de Caxias, RJ, que assim se denomina, porque nele existia uma Lagoa. Segundo os relatos de campo, de moradores, as crianças tomavam banho e se divertiam. O Morro da Torre fica próximo da Lagoinha, nesse lugar é possível ter uma visão de toda Bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, RJ. Atualmente, dada a atual urbanização, a Lagoa não existe, e no lugar, a prefeitura fez uma praça. Entretanto, é possível identificar sua formação geográfica. Nessa direção, os conceitos de Lugar, Paisagem, Espaço e Região (Região Metropolitana do Rio de Janeiro), foram nossos nortes nesse estudo, assim como os temas: Relevo, Ilhas de Calor, Bacia Hidrográfica, Urbanização e Localização. Nesse contexto, objetivamos referendar o trabalho de campo em si e por si, guardas suas metodologias que o encaminhem para um educar do olhar, um sentido de ver a geografia no lugar de vivência dos seus, sejam eles estudantes, professores, moradores, etc. Relevante o destaque com a metodologia e planejamento. Destacar as possíveis dificuldades que um professor pode enfrentar para a realização de um trabalho de campo com seus estudantes, conduzindo-os a um lugar de vivência dos conteúdos, conceitos e temas geográfico. Enfim, conduzindo-os à vida.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Formação de Professores; Trabalho de Campo.

PARA BOM PROVEDOR UMA PLATAFORMA MOODLE BASTA: ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS VIRTUAIS NA FORMAÇÃO EM EaD.

Débora Gaspar Soares

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Mestranda - PPGGEO)

deboragirassol@gmail.com

Esse estudo investiga os fatores desumanizantes presentes na construção de territórios virtuais na formação em EaD. A abordagem de implicação de pesquisa foi utilizada como metodologia nas análises dos processos de construção de territórios virtuais na formação em EaD. A investigação abrange dois grupos de intervenientes em diferentes níveis de ensino: Educação Superior e Nível de Especialização *Strictu Sensu*. O objetivo deste trabalho foi identificar os fatores desumanizantes presentes na construção de territórios virtuais na formação em EaD, relatando as interações locais que podem envolver agentes econômicos e agentes de conhecimento. O instrumento de campo utilizado para essa pesquisa foi primeiro a identificação e caracterização dos alunos, dos professores, dos tutores, dos coordenadores e diretores de polo, que constituem como atores-chave do curso de graduação em Tecnologia em Sistemas de Computação do CEDERJ e do Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT), mediante entrevistas que serão realizadas no Polo do CEDERJ Barra de Piraí, e no Polo do PROFMAT da UFRRJ. Em segundo foi realizada o mapeamento dos tipos, formas e características das interações desses atores-chave. A tomada de decisão em relação às características dos atores-chave foi a verificação do papel da proximidade territorial, do ponto de vista das práticas produtivas, da ação cooperativa e das fontes de informação e conhecimento para inovação, respeitantes às características da amostra de estudo. Para relatar os canais, mecanismos e intensidade do fluxo de conhecimento nas interações locais foram analisados os Trabalhos de Conclusão de Curso (TFC) do curso de Tecnologia de Sistemas de Computação do CEDERJ, e as Dissertações do Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT). A culminância do presente estudo foi a observação do uso dos atores-chave desses meios que estão disponíveis na Plataforma Moodle do CEDERJ e na Plataforma Moodle do PROFMAT, como também das relações estabelecidas pelas redes sociais, das histórias de vida, das expectativas, dos ritmos, das amizades, dos valores econômicos, políticos e sociais, por meio de entrevistas com os atores-chave, a fim de se caracterizar o espaço virtual. Em vista dos argumentos mencionados, esse trabalho necessitou ainda da interpretação das interfaces entre o arcabouço institucional, os níveis de capital social e a dinâmica cognitiva e inovativa local em relação à Legislação de Educação a Distância. Após estas etapas de revisão e investigação, os resultados obtidos foram organizados de modo a oferecer características importantes para a escolha dos os fatores desumanizantes presentes na construção de territórios virtuais na formação em EaD. O resultado parcialmente avistado com este trabalho foi o de revelar que o uso de recursos inovativos submerso no espaço territorial em formação EaD, nas relações de poder geograficamente sistematizadas pelas perspectivas neoliberais, exigirem o ônus da multifuncionalidade do professor e a desvalorização humana da docência.

Palavras-chave: Territórios Virtuais, Cotidiano, Formação para o Trabalho, Educação à Distância.

JOGOS ELETRÔNICOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: A UTILIZAÇÃO DO “MINECRAFT” COMO RECURSO DIDÁTICO PARA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE LUGAR

Douglas Basilio da Silva

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Mestrando - PPGGEO)

Nos dias de hoje é inegável a presença das tecnologias da informação em todos os cantos e recantos do cotidiano. Cada vez mais as pessoas estão conectadas as diversas plataformas de mídia. Na última década vemos a mídia dos jogos eletrônicos ganhar força exponencial no mercado nacional. Segundo um levantamento feito em 2018 pela empresa de consultoria de “eSports” Newzoo, o Brasil ocupa 13º lugar no ranking mundial de países que mais compram jogos eletrônicos em diversas plataformas, como computador, videogames, celular entre outros (NEWZOO, 2018). O mercado nacional movimenta mais de 1.5 bilhões de dólares anualmente. A empresa ainda revela que o Brasil dentre os países da América Latina ocupa também a segunda colocação no que se refere a grandeza de mercado. Esses dados nos dão a oportunidade de entender que a mídia dos jogos eletrônicos tem se consolidado de forma rápida e crescente no cotidiano das pessoas, se tornando uma prática de lazer do dia a dia comum e rotineira, ocupando o tempo que antes não ocupava como o trajeto de ida e volta para o trabalho. Entretanto, entendendo as demandas deste novo horizonte a ser pesquisado, salientamos a importância e necessidade da geografia em analisar, entender e costurar teses acerca deste novo campo temático. A partir disso percebemos a existência potencial nesta linguagem que se desdobra como lúdico para novas formas de representação espacial. Assim os jogos atuam no mesmo papel que as mídias cinema e música, podendo ilustrar, representar e propor uma comunicação entre processos e fenômenos (DRUMMOND, 2014). Neste sentido, segundo o II Censo Brasileiro da Indústria de Jogos Digitais Sakuda e Fortim (2017) as pessoas tem utilizado cada vez mais dessa mídia tornando-a prática na vida cotidiana, apesar disso mesmo com esse novo campo a escola tem-se pouco utilizado desta linguagem. Pois até por questões de limitações dos recursos técnicos metodológicos a dispor no espaço escolar se tornam difíceis de serem utilizados equipamentos destas categorias aqui já mencionadas. Entretanto não diminui a tamanha importância potencializadora no que tange ao poder representativo desta linguagem. Sendo assim, esta pesquisa busca entender como os jogos eletrônicos são uma importante linguagem que potencializa a representação do espaço geográfico objetivando traçar uma relação especificamente no campo da Geografia Cultura Corrêa, (2003), Gomes, (2008), Jackson e Crosgrave (2003), mídia (representações e imagens) Gomes, 2008, Claval, (2003), Nort e Santaella (2005) e jogos eletrônicos. Para assim avançar no tema Geografia e jogos eletrônicos e como este se mostra importante para o ensino da geografia e pouco explorado até o momento histórico, salientando para as pesquisas de Drummond (2014), Carneiro (2019) que buscaram avançar de forma mais densa sobre a temática em questão com a geografia. Entretanto, nosso enfoque aqui é explorar as margens do conceito de lugar que se estabelecem no ensino da geografia através das novas proposições curriculares, no BNCC Base Nacional Comum Curricular, articulando como este conceito pode ser representado em forma de atividade através do jogo eletrônico “Minecraft”. Sendo assim, nosso aporte teórico conceitual sobre o lugar se estabelece a princípio através de Tuan (1983) e Carlos (1996) com enfoque na Geografia Humanística Cultural. Para tanto,

buscaremos utilizar o método de Análise de currículo, Bardin (2011) para avançarmos nas discussões referente ao BNCC. Utilizaremos o método da pesquisa qualitativa, sendo o Estudo de Caso, Gil (2009) a forma como buscaremos analisar a atividade a ser desenvolvida na Escola Estadual Mestre Hiram no município de Nova Iguaçu no bairro Centro. Neste sentido, com relação a questão empírica, aplicaremos um questionário em uma série que ainda será escolhida entre o 6º e o 9º do ensino fundamental com intuito de descobrir o que os alunos pensam sobre jogos eletrônicos em aulas de geografia, pois este novo currículo abre um novo horizonte com relação ao conceito de lugar que aqui escolhemos como conceito chave para a pesquisa. Por fim, uma série atividade em formato de oficina com o jogo “Minecraft” será idealizada com intuito explorativo a fim de desvendar horizontes acerca de novos recursos didáticos metodológicos. O jogo eletrônico em questão foi escolhido por ser acessível as principais plataformas de jogos eletrônicas existente, sendo celular, videogames e computador, além disso, outro fator que foi determinante é o modo de jogo “criador” que torna o jogador um ativo modelador de paisagem virtual, o que torna o jogo uma potente ferramenta didática no processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, ao idealizarmos como a atividade será aplicada entendemos que a melhor forma de utilizar este recurso seja alinhado via pedagogia de projetos Hernandez (1998), pois os obstáculos encontrados no cotidiano escolar como falta de recursos tecnológicos e salas superlotadas se tornam um desafio para aplicabilidade no dia a dia.

REFERÊNCIAS:

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CARLOS, Ana F. A. **O lugar no/do Mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996, 150 p.
- CORREA, R. **Geografia Cultural e o Urbano**. In: CORREA, R. e ROSENAL, Z. (org.) *Introdução a Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.
- CLAVAL, P. **A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia**. In: CORREA, R. e ROSENAL, Z. (org.) *Introdução a Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.
- DRUMMOND, Washington. **Geografia nos videogames: representação e discurso espacial no game simulador SimCity 4**. 2014. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro–PPGG.
- GIL, Antonio Carlos. **Estudo de caso**. Atlas, 2009.
- GIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis; PITTON, Sandra Elisa Contri; ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. **Leitura do espaço geográfico através das categorias: lugar, paisagem e território**. Franca: Unesp, 2012.
- GOMES, P. **Cenários para a geografia: sobre a espacialidade das imagens e suas significações**. In: ROSENAL, Z. e CORRÊA, R. L. (org.) *Espaço e Cultura: pluralidade temática*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.
- HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**; trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- MOJANG SPECIFICATIONS. **Minecraft**. 2009. Criado por Markus Persson. Disponível para Android, iOS, Windows Phone, Xbox 360, Xbox One, Raspberry Pi, PlayStation 3, PlayStation Vita, PlayStation 4, Wii U, Nintendo Switch e PC.
- NEWZOO. **2018 global games market report**. Disponível em: <<https://newzoo.com/insights/trend-reports/newzoo-global-games-market-report-2018-light-version/>>. Acesso em 01 de junho de 2019.
- NÖRT, W e SANTAELLA, L. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- SAKUDA, Luiz Ojima; FORTIM, Ivelise (Orgs.). **II Censo da Indústria Brasileira de Jogos Digitais**. Ministério da Cultura: Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.tinyurl.com/censojogosdigitais>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS DA BAIXADA VERDE: DESAFIOS E POTENCIALIDADES.

Geovane Alencar Xavier Matos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Mestrando - PPGGEO)

O presente artigo visa discutir as unidades de conservação municipais da “Baixada Verde”, a Baixada Verde é um recorte regional, estipulado pela secretaria estadual de turismo do Rio de Janeiro, esse recorte visa a substituir uma outra regionalização o da Baixada Fluminense, esse recorte regional-turístico intitulado Baixada Verde, conta com quase todos os municípios exceto o de Guapimirim, Itaguaí e Paracambi, que já estão inseridos em outras regiões turísticas, respectivamente as regiões são “Serra Verde Imperial”, “Costa Verde” e “Vale do Café”. Uma exceção, não pelo recorte regional-turístico, por conta do município de Seropédica não ter uma Unidade de Conservação “Municipal”, porém faz parte da região da Baixada Verde. Essa regionalização visa ampliar o turismo, pois a região da Baixada Verde, contém uma das maiores taxas de conservação ambiental da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro e também conta com inúmeras áreas de conservação, por estar em uma região metropolitana, cercada de importantes rodovias, por conta destas, sofre pressões antrópicas, as mesmas que podem facilitar o transporte de potenciais turistas, porém podem dificultar a conservação. Neste cenário de transformações que se encontram importantes remanescentes de Mata Atlântica. Segundo o Governo do Estado do Rio de Janeiro (2017), a: A região metropolitana do Rio de Janeiro mantém 36,27% de seu território verde conservado e desse total 10,96%, ou seja, praticamente um 1/3, está na região da Baixada Fluminense. A mudança de nome, pois a Baixada Fluminense carrega estigmas, que normalmente são adjetivos pejorativos, de moradores de outras regiões do estado ou da própria baixada. Como a especulação imobiliária e grilagem em zonas de amortecimento das unidades de conservação, criando loteamentos ou mesmo favelização, podem dificultar a conservação. A carta magna, a Constituição Federal de 1988, contendo o Capítulo VI, dedicado ao meio ambiente. Mais específico, que a materializam de espaços territoriais, protegidos em Unidades de Conservação (UCs) e engendram diretrizes e regras, que é intitulado como: Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Lei no 9.985/00, que em suas linhas, as define como: Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. As unidades de conservação oferecem diversos serviços ambientais e para a população. De acordo com CONSTANZA, R. et al. (1997) os serviços dos sistemas ecológicos e os estoques de capital natural que os produzem são críticos para o funcionamento do sistema de suporte à vida da Terra. Contribuem para o bem-estar humano, tanto direta como indiretamente, e, portanto, representam parte do valor econômico total do planeta. A biodiversidade e os serviços ambientais que as Unidades de Conservação promovem, são de extrema importância, e se fossem monetizados, seriam de muito valor. A riqueza da biodiversidade com várias espécies da fauna e da flora, com espécies endêmicas e os serviços ambientais que as UCs promovem como: os fluxos de matéria, energia e informação de estoque de capital natural, os bens produzidos e proporcionados pelos ecossistemas, incluindo alimentos,

água, combustíveis, fibras, recursos genéticos, medicinas-naturais; serviços obtidos da regulação dos processos ecossistêmicos, como a qualidade do ar, regulação do clima, regulação da água, purificação da água, controle de erosão, regulação de enfermidades humanas, controle biológico e mitigação de riscos; benefícios não materiais que enriquecem a qualidade de vida, tais como a diversidade cultural, os valores religiosos e espirituais, conhecimento – tradicional e formal –, inspirações, valores estéticos, relações sociais, sentido de lugar, valor de patrimônio cultural, recreação e ecoturismo; serviços necessários para produzir todos os outros serviços, incluindo a produção primária, a formação do solo, a produção de oxigênio, retenção de solos, polinização, provisão de habitat e reciclagem de nutrientes. O artigo se articula também em discutir a efetividade de Gestão das Unidades de conservação municipais, da Baixada Verde.

Resultados parciais. A efetividade de gestão será aplicada para analisar a real situação das unidades de conservação, é uma ferramenta. É de extrema importância delimitar ou mesmo demarcar o território das unidades de conservação, com placas para ajudar na educação ambiental e conservação. De acordo com Vallejo (2003). As unidades de conservação, municipais da Baixada Verde, contam com 48 unidades, todas com decretos municipais, exceto a unidade do Gericinó em Nilópolis, por ser uma doação conta com um protocolo de doação federal, por ser uma unidade, que era uma área militar. Os desafios das unidades da baixada Verde, estimasse que somente 5 unidades tem planos de manejo e as mesmas que tem plano de manejo carecem de infraestrutura, material humano, como maior contingente de guardas ambientais, funcionários administrativos, pesquisadores, trabalhadores para ajudar no reflorestamento, carecem de sinalização para o turista e para o morador das redondezas. Faltam gestores e outros profissionais, como foi mencionado. Lembrando que a própria biodiversidade oferece inúmeros serviços ambientais, que podem ser utilizados por todos. A falta de gestão em diversas escalas, e fiscalização e descaso podem ser fatores que podem tornar precários os serviços e até mesmo aumentar a degradação e o desmatamento. Da mesma forma, é preciso ainda estabelecer com maior precisão a integração das áreas protegidas com as diversas escalas de planejamento e gestão do território, hoje formalmente identificadas através dos mosaicos e dos corredores ecológicos. O próprio SNUC reconhece e consagra em seu texto a importância dessas ferramentas para o processo de gestão das áreas protegidas, porém, na prática, as experiências e os resultados são ainda muito pouco numerosos e bem avaliados (MEDEIROS 2006). As unidades de conservação, municipais da Baixada verde tem potencial, para ofertar diversos serviços ambientais, porém a grande maioria delas só estão criadas por leis e sua implementação física, fica cada vez mais complexa por diversos fatores antrópicos.

Referências Bibliográficas.

- AEMERJ. ICMS Ecológico. 2016, disponível em: <http://aemerj.org.br/images/pdf/icmsEcologicoDistribuicao2016.pdf>. acesso em 10/02/2019
- BELCH, Israel. Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- BINSZTOK, Jacob. Principais vertentes da (des)ordem ambiental. In Território, territórios Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGEO UFF/AGB. 3ª ed 2007.
- BRASIL. 2000. Lei 9985/00 que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza.
- CONSTANZA, R. et al. 1997. "The value of the world's ecosystem services and natural capital". Nature, volume 387, nº6230, p.253-260. Disponível em:

https://www.biodiversity.ru/programs/ecoservices/library/common/doc/Costanza_1997.pdf . Acesso em 10/02/2019.

FIGUEREDO, Maria Aparecida de. Revista geo-paisagem (on line) Ano 3, nº 5, janeiro/junho de 2004. ISSN Nº 1677-650 X Revista indexada ao Latindex. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/baixada.htm>. Acesso em 21/10/2018.

FREITAS, André Vieira. A EVOLUÇÃO DO MODELO BRASILEIRO DE ÁREAS PROTEGIDAS: CAMINHO PARA UMA ARTICULAÇÃO SISTÊMICA? Periódico Científico Projeção, Direito e Sociedade | v.6, n.2, 2015 | ISSN: 2178-6283

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. TURISMO. A baixada é verde: Nova Iguaçu, com 66%, e Duque de Caxias, com 44% são os municípios com maior percentual de área preservada. 08/08/2017. Disponível em:

http://www.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo;jsessionid=0DC8298AD7062157F534C17DEB648C59.jp.ortal2?p_p_id=exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ&p_p_lifecycle=0&refererPlid=369043&exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_struts_action=%2Fext%2Fexibeconteudo%2Frss&exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_groupId=369039&exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_articleId=3897988 . Acesso 10/02/2019.

ICMBio. Efetividade da Gestão de Unidades de Conservação. Disponível em : <http://www.icmbio.gov.br/portal/efetividadedagestaodeucs> acesso em 10/12/2018.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. A Proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico, nº V, ano VI, no. 9, 2004, p. 83-93.

MEDEIROS, 2006. Evolução das tipologias e categorias de Áreas Protegidas no Brasil. Rio de Janeiro, 2006.

MILLER, K. R. Evolução do conceito de áreas de proteção – oportunidades para o século XXI In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Anais... Curitiba: IAP – UNILIVRE, 1997, v. I, p. 3-21.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Componente Mata Atlântica <http://www.mma.gov.br/informma/item/825-mata-atlantica>. Acesso em 20/01/2019.

MYERS, Norman, et al., Biodiversity Hotspots for Conservation Priorities, Nature, Vol. 403, 2000. Disponível em http://www.cienciaviva.pt/divulgacao/cafe/World_biodiversity_hotspots.pdf . Acesso em 10/02/19

ODUM, Eugene P. Ecologia. Rio de Janeiro. 1988: Ed. Guanabara.

PÁDUA, M. T. Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação: de onde viemos e para onde vamos? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Anais... Curitiba: IAP – UNILIVRE, 1997, v. I, p. 214-236.

TURISMO GOV. Costa Verde. acesso em 21/01/2019. Disponível em:

http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/rj_costa_verde.pdf

VALLEJO, LUIZ RENATO. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA À LUZ DOS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Universidade Federal Fluminense 2003.

INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS NO COMPLEXO DE MANGUINHOS: ANÁLISE DO LEGADO DO PAC MANGUINHOS - RJ

Gilson Ribeiro da Silva

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Mestrando - PPGGEO)

Orientador: Maurilio Botelho

O surgimento e a expansão de favelas a partir do último quarto do século XIX constitui uma das características marcantes do processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro. Estas ocupações ocorreram de forma rápida em terrenos públicos e privados em diversos setores da cidade. Assim, foram erguidos inicialmente barracos com materiais improvisados e precários a fim de estabelecer a função habitacional em um quadro de precariedade sócioespacial. A população que ocupou estes espaços também produziu um conjunto significados, vínculos e pertencimentos, modificando não somente a paisagem, mas própria percepção do espaço. O processo de ocupação do conjunto de favelas de Manguinhos, localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, teve seu início vinculado aos antigos trabalhadores da construção do Castelo do Instituto Oswaldo Cruz (1901). Ao longo do tempo foram produzidas outras quatorze ocupações até as recentes intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento (2008) que reorganizou e consolidou a atual configuração desta região. A escolha por Manguinhos como recorte de análise deste trabalho se justifica pelas transformações urbanísticas testemunhadas na cidade durante as intervenções do PAC nas áreas do complexo de favelas em questão. Pela primeira vez em sua história, Manguinhos recebe investimentos e intervenções desse vulto. Até então, a maioria das ações do Estado não passaram de obras pontuais e limitadas. Os motivos para a região não ter sido abarcada pelo Programa Favela-Bairro, por exemplo, criado pelo prefeito César Maia em 1993, revelam como as especificidades locais impõem uma série de dificuldades à ação do Estado. Inicialmente, o programa contemplava apenas favelas de médio porte e por Manguinhos ser um conjunto de favelas, ou seja, de grande porte, não se enquadraria. Assim, pretende-se com esse trabalho identificar as principais transformações ocorridas no complexo de favelas de Manguinhos com a implementação do PAC e como o espaço foi reorganizado geograficamente; analisar o legado deixado para a população de Manguinhos dentro de uma perspectiva que englobe uma melhora no cotidiano, na cidadania e do direito à cidade.

ENSINO DE GEOGRAFIA PARA SURDOS: (RE)PENSANDO ALGUMAS PRÁTICAS PARA A ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA

Giulia Gonçalves Arigoni Nicacio

giuliaarigoni@id.uff.br

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Mestranda - PPGGEO)

Aprender a ler o espaço é uma das tarefas da Geografia na escola. E para tanto, a Cartografia Escolar é fundamental. Nos últimos anos, porém, o espaço escolar tem passado por mudanças, especialmente após a regulamentação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI). E diante das diversidades os docentes têm a necessidade constante de rever suas práticas cotidianas. Neste sentido, nossa proposta é discutir a questão do ensino de Geografia para discentes surdos, especialmente sobre o conteúdo da alfabetização cartográfica. Reconhecendo, assim, a Cartografia enquanto linguagem e item essencial à formação dos educandos, indo para além de simples ilustração ou recurso secundário de apoio. Nossa prática será na busca de entendermos como se dá a elaboração de materiais didáticos e estratégias específicas que versem sobre tal temática de acordo com a realidade do aluno surdo, propondo atividades que serão realizadas através de oficinas (para as quais estamos estabelecendo parcerias). A partir dos relatos destas oficinas pretendemos discutir questões referentes à surdez, ao ensino de surdos e à Cartografia Escolar. Partindo do reconhecimento da relevância da Geografia e da Cartografia para a formação do sujeito, buscaremos analisar como metodologias já existentes para a alfabetização cartográfica podem ser implementadas para estudantes com surdez, observando a especificidade, sobretudo, da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da visualidade. Além disso, pretendemos também entender, através de entrevistas, como são as estratégias utilizadas por alguns professores de Geografia que convivem diariamente em sala de aula com alunos surdos. A metodologia de pesquisa aplicada será, principalmente, a da pesquisa ação. Nosso recorte espacial estará sobre os municípios de Nova Iguaçu (escola inclusiva) e Rio de Janeiro (escola especial), enquanto o recorte temporal analisado estará sobre os últimos quatro anos, ou seja, após a regulamentação da LBI em 2015. Então, sendo o mapa um modo de espacialização de fenômenos e essencial para a Geografia, é relevante discutirmos metodologias que integrem a Libras à linguagem cartográfica para o ensino significativo de Cartografia para discentes com surdez.

Palavras Chave: Cartografia Escolar; Surdez; Ensino.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA RESERVA BIOLÓGICA DO TINGUÁ: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Guilherme Preato Guimarães¹

Monika Richter²

Edileuza Dias de Queiroz³

A Reserva Biológica do Tinguá (Rebio Tinguá) é uma unidade de conservação (UC) de proteção integral que agrega uma das maiores porções de Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro. Com boa parte da sua área localizada na região metropolitana, a Reserva foi criada com o intuito de proteger a fauna e a flora que constituem-se de diversas espécies endêmicas e muitas espécies em risco de extinção, além da Rebio Tinguá preservar em seu interior um grande número de nascentes que contribuem para duas das principais bacias hidrográficas do estado: Guandu e Guanabara. Esta UC é de vital importância para a conservação dos mananciais responsáveis pelo abastecimento de parte do estado, chegando a atender quase 80% da população da Baixada Fluminense (IBAMA, 2006). Atualmente, a Reserva enfrenta diversos problemas tais como caça ilegal, invasão para fins de loteamento, extração ilegal de palmito, captura de pássaros e, até mesmo, carvoeiros. Gerenciar esses conflitos em uma região metropolitana exige estratégias de comunicação e, principalmente, de medidas voltadas a Educação Ambiental (EA), principalmente junto às comunidades do entorno. Assim, questiona-se de que maneira a EA em UCs pode contribuir para a preservação/conservação dessas UCs? Como as UCs – em especial a Rebio Tinguá – podem contribuir no processo de formação da EA Crítica? Na busca pelas respostas, objetiva-se analisar como a EA vem sendo trabalhada na UC, qual o perfil do público, quais as ações foram planejadas e implementadas desde a sua criação e identificar os principais parceiros neste processo. Para a análise dos dados produzidos, utilizar-se-á a Análise Textual Discursiva por essa ser uma “abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso” (MORAES, GALIAZZI, p. 118, 2006). Pensar a EA em unidades de conservação significa, sobretudo, tornar a sociedade mais participante no que tange à gestão e ao manejo da UC, além de inserir a comunidade na realidade ambiental deste território ao qual muitas vezes é desconhecido pela mesma, constituindo assim nossa hipótese de que parte dos problemas socioambientais os quais a Rebio hoje enfrenta, são frutos de uma fragilidade na promoção da EA.

Bibliografia

- DIEGUES, A. C. O Mito Moderno da Natureza Intocada. Ed. São Paulo. 159 p. 1996. FAGGIONATO, S. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br> Consulta junho de 2010. GERARDI, L. H. O. & SILVA, B. Quantificação em Geografia. São Paulo. Editora Difel. 1981.
- GUIMARÃES, M. A Dimensão Ambiental na Educação. 8ª Ed. São Paulo: Papirus, 2007. 103p.
- GUIMARÃES, M.; FONSECA, L.(ogs.) Educação em Ciências e Educação Ambiental: Caminhos e Confluências. Rio de Janeiro: Edur, 2012. 164 p.

¹ Mestrando pelo PPGGEO-UFRRJ

² Orientadora da pesquisa

³ Colaboradora da pesquisa

- IBAMA. Plano de Manejo da Reserva Biológica de Tinguá. Brasília, 2006. 951p.
- IBASE/IBAMA. Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação / organização Carlos Frederico B. Loureiro, Marcus Azaziel, Nahyda Franca. Rio de Janeiro: Ibase: Ibama, 2003.
- MATAREZI, J. Estruturas e espaços educadores: quando espaços e estruturas se tornam educadores. In: Luiz Ferraro Jr. (org.). Encontros e Caminhos I: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores, Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005 (p. 161-173).
- MORAES, R; GALIAZZI, M. do C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. *Ciência e Educação*, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SELL, C. E. *Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. - (Coleção Sociologia). ISBN 978-85-326-3905-9. 176 págs.
- TUAN, YI-FU. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Editora Difel: São Paulo/Rio de Janeiro. 1980.

GEOPROCESSAMENTO APLICADO À AVALIAÇÃO DE EVENTOS DE INUNDAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIAL NA REGIÃO DE MAMBUCABA (ANGRA DOS REIS/RJ)

Isabella Mont'Alvão Pedro Irmão

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Mestrando - PPGGEO)

Tiago Badre Marino

Orientador

Helena Saraiva K. Pinheiro

Co-orientadora

Os estudos acerca de desastres naturais tornam-se cada vez mais relevantes, tendo em vista o intenso processo de urbanização que tem se desenvolvido nas grandes cidades. O distrito de Mambucaba localizado em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, conta com bairros que apresentam tamanha suscetibilidade a eventos de inundação mediante suas características físicas. O processo de ocupação que se sucedeu nessa região iniciou-se de forma desordenada, com transformações significantes na paisagem que contribuem ainda mais para a ampliação dos riscos a desastres naturais, apresentando formas de uso e ocupação do solo que demonstram a necessidade de um planejamento urbano da área. A região de Mambucaba é marcada por grandes intervenções antrópicas, vinculadas a ocupações irregulares e fortes alterações nas dinâmicas dos processos naturais, como transporte de sedimentos fluviais e escoamento superficial. Levando-se em conta a vulnerabilidade da população desta região em estudo, busca-se tratar dos eventos de inundação nessa área através do uso do Geoprocessamento, visando realizar uma análise a respeito da qualidade de vida em Mambucaba. Dessa forma, tem-se como questão primordial desta pesquisa realizar um estudo sobre a suscetibilidade ambiental da área de trabalho, a fim de avaliar de que maneira e quais fatores tornam esta população vulnerável, apresentando então as áreas com maior e menor vulnerabilidade. A metodologia deste trabalho consiste em um estudo ambiental, no qual se utilizaram dados de caráter físico e social, abordando informações acerca de atributos naturais da área e também de dados censitários. Para se atingir tal propósito, o trabalho foi desenvolvido através do uso de ferramentas SIG (Sistema de Informação Geográfica) para realizar a associação destes fatores, como subsídio para a análise socioespacial. A utilização de geotecnologias tem servido como aporte na elaboração de diversos estudos e análises, auxiliando na interpretação sobre os fenômenos que ocorrem no espaço e permitindo uma melhor compreensão acerca deste. Sendo assim, este trabalho se mostra relevante nos estudos acerca de desastres naturais, possibilitando não só uma avaliação física da área em estudo, mas também de cunho social, onde a condição que a população desse ambiente se encontra perante esses eventos é determinante para que se haja a elaboração de um planejamento territorial e gestão dos riscos.

Palavras chave: Suscetibilidade; Vulnerabilidade; Geoprocessamento.

ANÁLISE DE RISCO A INCÊNDIO FLORESTAL E ESTUDO SOCIOAMBIENTAL: CASO MACIÇO GERICINÓ MENDANHA, VERTENTE MESQUITA-RJ

Juliana Gusmão Brito Pires

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Mestranda - PPGGEO)

Inúmeros são os problemas ambientais que podemos encontrar no meio urbano, iremos nesse trabalho, estudar o quadro socioambiental que está inserido o Maciço do Gericinó-Mendanha, vertente Mesquita (RJ) e o risco a incêndio florestal que a população que reside na área de borda do maciço estão suscetíveis. Inicialmente, precisamos mencionar o processo histórico de ocupação desordenado de Mesquita, que associado a falta de planejamento urbano, levou a população menos favorecida ocupar áreas de risco. Segundo Simões (2007, p. 75), “A ocupação do território da Baixada Fluminense está inteiramente ligada à fundação da cidade do Rio de Janeiro”. Diante dos baixos preços dos lotes e a pouca burocracia para construções, durante o século XX (ALVES,2003. p.67. Apud SILVA,2007), a Baixada vivenciou um crescimento vertiginoso e desordenado. A cidade de Mesquita, possui um território pequeno, comparado a outros municípios e boa parte dele se encontra dentro Área de Proteção Ambiental Municipal de Mesquita (PNMNI) . A população menos favorecida por falta de moradia, passou a ocupar a encosta do Maciço Gericinó-Mendanha e as margens dos rios da cidade. Quando estudamos o risco de uma população a determinado desastre, estamos adotando uma medida preventiva ao risco. Para esse estudo, se faz necessário, um levantamento prévio dos fatores condicionantes e o mecanismo dos fatores envolvidos, além da avaliação do perigo ao risco. Para isso, nossos objetivos são, estudar as questões físicas/ambientais que estão relacionadas ao Maciço Gericinó-Mendanha, destacando o PNMNI e APA de Mesquita e compreender os riscos a incêndio florestal presentes no Maciço Gericinó-Mendanha, vertente Mesquita. Para estudamos o social, iremos Refletir sobre a percepção de risco da população da área de borda do Maciço, tentando identificar se esses moradores conseguem perceber se a ocorrência dos eventos de incêndio são um risco a eles ou se já acostumaram com a ocorrência do mesmo, não o reconhecem como perigo. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa, no primeiro momento a busca do referencial bibliográfico. No segundo momento, a busca de dados sobre a ocorrência dos incêndios, análise de imagens de satélites e realização de mapa da área. No terceiro momento, trabalho de campo e quarto momento, análise das falas das entrevistas. Por fim, esse trabalho tem o intuito de realizar um estudo preventivo da área, podendo ser um auxílio no trabalho da defesa civil e guardas ambientais do município.

Palavras-chave: Maciço Gericinó Mendanha; Risco; Incêndio Florestal; Percepção ambiental.

Referências

- SIMÕES, M. A cidade estilhaçada: Reestruturação econômica e emancipação municipal na Baixada Fluminense. ed. Mesquita, RJ: Entorno, 2007.
- SILVA, M. Das Terras de mutambo de Mesquita – RJ : Memórias de Emancipação nas Vozes da Cidade. ed. Mesquita, RJ: Entorno, 2007.1

A UTILIZAÇÃO DE ILUSTRAÇÕES COMO UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE CLIMATOLOGIA GEOGRÁFICA

Kamille Bittencourt Ferreira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Mestranda - PPGGEO)

A geografia nasce no ambiente escolar e realiza um caminho inverso das demais ciências, pois é somente através da necessidade de possuir profissionais formados na área, que os cursos superiores de Geografia foram institucionalizados nas universidades. Os professores não tinham muita preocupação em quais metodologias de ensino iriam utilizar e desta maneira, acabavam reproduzindo o modelo tradicional de ensino, lecionando uma geografia que não fazia muito sentido na vida dos estudantes, eles não viam a aplicabilidade dos conteúdos e facilmente questionavam os motivos de estudar tais temas se não serviriam para a sua vida cotidiana e a memorização dos conteúdos era algo extremamente recorrente. Para tornar a geografia mais atrativa para os estudantes era necessário romper a geografia tradicional. Contudo, para que isso acontecesse, os docentes deveriam refletir acerca das suas práticas e perceber que se realizassem a transposição didática dos conteúdos e utilizassem diferentes metodologias, essa geografia se tornaria atrativa e significativa para os estudantes. Entretanto, os docentes deveriam diferenciar as “geografias”, e a geografia escolar é uma delas. A geografia escolar é um saber próprio, pensado para aquele ambiente (RIVERA, 2012). Não devemos vulgarizar a geografia escolar, ela não é uma simplificação da geografia acadêmica, mas deve haver uma ponte entre elas, uma conexão entre esses saberes e esses espaços. Lestegás (2012, p. 16) nos diz que “um dos modelos explicativos das conexões entre conhecimento científico e conhecimento escolar que teve maior fortuna, embora também os efeitos mais nocivos, é o que gira ao redor do conceito de “transposição didática”.”. A transposição didática leva em consideração questões estruturais da disciplina, contribuições culturais, econômicas, o público endereçado e escolhas metodológicas. Os docentes precisam ter o conhecimento pleno do que está sendo lecionado para serem capazes de realizar a transposição didática dos conteúdos. Os professores de geografia enfrentam muitos problemas para lecionarem em sala de aula, esses problemas fazem com que os docentes não sejam estimulados a utilizar diferentes metodologias no ensino de Geografia. Apesar disso, é fundamental utilizar diferentes linguagens no ensino de Geografia, pois os estudantes precisam compreender o que está sendo lecionado e serem sujeitos no processo da construção do conhecimento (CAVALCANTI, 2002). Uma das propostas que faremos é a utilização de ilustrações e desenhos no processo da construção da aula e do conhecimento, pois com o avanço tecnológico, os alunos tornam-se cada vez mais visuais e a exploração da linguagem visual irá tornar a aula mais atrativa e significativa para eles. Com o uso de ilustrações e desenhos, os conteúdos mais abstratos da geografia tornam-se mais palpáveis para os estudantes. Uma das temáticas que observamos ter um nível alto de abstração dentro da ciência geográfica é a Climatologia Geográfica. Desta maneira, surgiu a necessidade de torná-la mais atrativa para os estudantes e propor atividades diferenciadas explorando o imaginário e desenvolvendo as suas habilidades.

Palavras-chave: Transposição didática, Metodologias de Ensino, Ilustração, Climatologia.

Referências

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia e Práticas de Ensino. Goiânia: Alternativa, 2002.

LESTEGÁS, Francisco Rodrigues. A construção do conhecimento geográfico escolar: do modelo transpositivo à consideração disciplinar da Geografia. In: CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; MUNHOZ, Gislaíne Batista. Conhecimentos escolares e caminhos metodológicos. São Paulo: Xamã, 2012. p. 13-28.

RIVERA, José Armando Santiago. A geografia escolar no debate epistemológico e didático do mundo contemporâneo. In: CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; CAVALCANTI, Lana de Souza; CALLAI, Helena Copetti. Didática da Geografia: Aportes teóricos e metodológicos. São Paulo: Xamã, 2012. Cap. 2. p. 27-44.

CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA BRASILEIRA: REPRESENTAÇÕES DAS VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES

Laís Bôto Xavier

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Mestranda - PPGGEO)

Um dos objetivos desse breve trabalho é apresentar as contradições do atual processo de certificação orgânica brasileira. Inicialmente apresento um panorama histórico da produção orgânica em escala global e sua implementação no Brasil. A seguir, descreverei de forma prévia cada modelo de certificação orgânica e quais seus reais objetivos. Concluo ao abordar sobre as verticalidades e horizontalidades ao fazer alusão às desigualdades geradas no modelo de certificação orgânica e os equívocos, muita das vezes, feitas pelos consumidores desse nicho de mercado. A expansão dos sistemas de produção e circuitos espaciais produtivos baseados na valorização e reconhecimento de aspectos únicos atribuídos a determinada produção (Fair trade, indicação de origem, orgânico, biodinâmico etc.) ao mesmo tempo que busca distinguir as respectivas regiões produtoras no mercado de produtos agrícolas convencionais, também impulsiona a constituição de novos, e (frequentemente) mais rentáveis, nichos de mercado. O movimento de valorização das formas específicas de realização da produção local constitui-se num fenômeno que abrange atualmente os mais diversos produtos agrícolas, podendo-se citar como exemplos: a produção de vinhos, café, queijo, cacau, entre outros. Os modelos de certificação orgânica vigente na legislação brasileira referente a produção orgânica (Lei 10.831, de dezembro de 2003) podem ser obtido de duas formas, a saber: certificação por auditoria ou certificação participativa. No primeiro caso é contratada uma empresa terceirizada (o custo entre 2 mil a 10 mil dependendo do tamanho do estabelecimento) para avaliar a produção e sua conformidade para proporcionar o selo orgânico, já no segundo caso, a certificação ocorre através da organização de um grupo de produtores, classificado como Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica (OPAC), no qual todos são responsáveis por fiscalizar os estabelecimentos dos membros do grupo e aprovar ou não o selo orgânico. Por meio do debate sobre esta temática iremos entender as contradições encontradas no processo de certificação orgânica. A certificação por auditoria é caracterizada pela centralidade assumida pelas empresas 1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro certificadoras, as quais são contratadas de forma terceirizada pelos produtores para avaliar, periodicamente, se suas propriedades estão em conformidade com os padrões técnicos de produção estabelecidos pela legislação brasileira. Em função da sua própria estrutura organizacional, o sistema de certificação por auditoria estabelece uma regulação essencialmente vertical da produção, visto que submete o agricultor e sua produção a um controle externo e hierarquicamente superior, exercido de forma centralizada e unilateral pelas empresas de auditoria. Estas realizam uma avaliação técnica da produção, operando de forma alheia às vicissitudes do lugar, ou melhor, desconsiderando as dificuldades vivenciadas pelos produtores. Já a certificação participativa, a inspeção e avaliação dos estabelecimentos são realizadas, na maior parte dos casos, pelos próprios agricultores, os quais, contam ou não com a participação de outros agentes (como consumidores, distribuidoras, importadores, entre outros), realizam uma “auto-certificação”. Esse modelo de certificação é classificado como

horizontal e coletivo, devido seus baixos custos, acessibilidade para os pequenos produtores e a articulação gerada entre os próprios produtores membros, além de não gerar demanda alguma de certificadoras externas e descompromissadas com a realidade dos produtores. Esse modelo fortalece os laços de solidariedades entre os pequenos produtores e geram re-existência desses grupos antes excluídos desse nicho de mercado por conta dos diversos obstáculos normativos. Por fim, vale dizer que a produção orgânica participativa é uma forma de re-existências instituída pelos pequenos produtores que puderam efetivamente manter os princípios básicos da agricultura sustentável, em detrimento da certificação por auditoria racionalizada, pautada em propostas capitalistas de mercantilização do discurso sustentável.

Referências Bibliográficas

- ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável / Miguel Altieri, - 3. Ed. rev. Ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão popular, AS-PTA, 2012
- DAVIRON, B; VAGNERON, I. From commoditization to de-commoditization ... and back again. Discussing the role of sustainability standards for agricultural .Development Policy Review, 29 (1), 2011, pp. 91-113. <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-7679.2011.00515.x>> Acessado em: 14 de maio de 2018
- FREDERICO, Samuel. Lógicas das commodities, finanças e cafeicultura . Boletim Campineiro de Geografia,vol.3 ,n.1 .2013 .
_____. Circuito Espacial Produtivo do Café e o Jogo de Escalas . Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 37-48, jan./abr. 2014
- HARVEY, D. Produção Capitalista do Espaço ./ David Harvey.-São Paulo: Annablume, 2005.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos . Disponível em:
<[http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacionalprodutor es-organicos](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacionalprodutor-es-organicos) > acessado em: 18 de dezembro de 2017

RIOS URBANOS E INUNDAÇÕES: A PERCEPÇÃO DO RISCO COMO FOCO DE ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL URBANA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO BOTAS, EM NOVA IGUAÇU (RJ)

Mariana Oliveira da Costa

Os estudos que envolvem a dinâmica de bacias hidrográficas apresentam um grande potencial para compreender de maneira integrada a relação dos diferentes elementos naturais e antrópicos que podem atuar em seu contexto. Por ser considerada como um sistema natural aberto torna-se possível analisar os diferentes fluxos de energia que entram (*input*) e que saem da bacia (*output*). Sendo assim, as bacias hidrográficas localizadas no contexto urbano, se constituem em importantes unidades de planejamento e gestão ambiental e apresentam diversos problemas socioambientais que podem impactar a qualidade do ambiente e a vida da população. A degradação dos recursos hídricos a partir das alterações dos padrões geomorfológicos da bacia, a poluição e contaminação dos canais fluviais colaboram para esse cenário de problemas. O cenário de degradação pode acelerar a frequência e a intensidade de eventos naturais associados a inundações e enchentes. Esses fenômenos fazem parte da dinâmica das BH e têm sua ocorrência explicada por fatores associados às características morfológicas da bacia, geomorfologia, pedologia e a climatologia, mas também podem ser induzidas pelo tipo de uso e ocupação do solo das planícies e das margens fluviais. Ao falarmos das inundações que ocorrem nas regiões metropolitanas do país, entendemos que se trata de uma problemática socioambiental urbana que causa uma série de consequências e danos para a população afetada, e desafios para os órgãos e instituições responsáveis na gestão de riscos de desastres. Em Nova Iguaçu, município da região metropolitana do Rio de Janeiro, muitos são os fatores naturais e antrópicos que contribuem para criação de áreas de riscos a inundações. A cidade registra altos índices pluviométricos no período do verão e se insere em um contexto geomorfológico de baixada, apresentando muitas áreas inundáveis que foram desmatadas para a ocupação urbana, onde foram realizadas modificações no perfil natural dos rios através de obras de retificação e canalização. Com isso, a cidade apresenta diversos problemas causados por eventos de inundações, onde uma parcela da população vive em áreas de risco e encontra-se, em muitos casos, em situação de vulnerabilidade social. A partir dessa questão, este trabalho tem como objetivo central analisar a percepção de risco a inundações de líderes comunitários e moradores do setor oeste da bacia do rio botas, no bairro Comendador Soares, Nova Iguaçu (RJ), e diagnosticar os fatores naturais e antrópicos que podem influenciar na ocorrência de inundações nessa bacia. Para isso, alguns questionamentos serão colocados durante o desenvolvimento dessa pesquisa: É possível relacionar os eventos de inundações ao processo de uso e ocupação do solo da bacia hidrográfica do rio botas? Ou será que são somente consequência dos eventos extremos? Qual o histórico de inundações da bacia hidrográfica do rio botas? A população conhece os riscos que estão expostos? Como os moradores percebem, respondem e lidam com esses riscos?

Palavras chave: Inundações; percepção do risco; Rio Botas; Nova Iguaçu.

ENTRE O OÁSIS E A MIRAGEM: O CRESCIMENTO ECONÔMICO DE QUEIMADOS A CONTRAPELO

Miguel Alexandre do Espírito Santo Pinho

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Mestrando - PPGGEO)
miguelpinho13@gmail.com

Este projeto de dissertação visa analisar as mudanças ocorridas no espaço econômico e urbano de Queimados a partir da inserção de seu distrito industrial no processo de reestruturação produtiva e espacial ocorrida no estado do Rio de Janeiro. A partir da análise da evolução das atividades do Distrito Industrial de Queimados e sua íntima ligação com os movimentos vividos pelas economias nacional e fluminense, nos permite compreender o fenômeno descrito por Edward Soja, típico dos processos de reestruturação como “uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição” (SOJA, 1993, p.193) e compreender o fenômeno da expansão e crise da economia queimadense entre os anos de 2007-2017. A base da redinamização do espaço econômico de Queimados, que tem seu principal polo o distrito industrial, foi a atração de empresas através da redução de ICMS de 19% para 2% em 2010. A chegada de novas empresas ao município foi base para uma ideologia do desenvolvimento, de glorificação das fábricas como resolução dos problemas locais e um caminho sem volta para o progresso. No ano de 2014 a cidade de Queimados foi eleita pela consultoria Urban System como a 3ª cidade do Brasil em desenvolvimento econômico, fato alardeado como sucesso do modelo adotado. Analisando mais a fundo o fenômeno veremos que o que gerou de fato a explosão da economia local foi a indústria da construção civil, com obras do governo federal, estadual e municipal, gerando muitos empregos e dinamizando o setor de comércio e serviços na cidade. A crise econômica mundial iniciada em 2008, que afeta o Brasil com mais intensidade em 2014, tem como consequência a retração dos investimentos nacionais e estaduais faz sentir-se em Queimados no ano 2016, aonde pela primeira vez o PIB municipal enfrenta uma retração em relação ao ano anterior, apresentando indícios de esgotamento do modelo de desenvolvimento. Os conceitos de reestruturação regional de Edward Soja e de desenvolvimento trabalhado por diversos autores como Carlos Brandão, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Paul Baran são fundamentais para a análise crítica do processo de crescimento econômico ocorrido. Outro ponto basilar para nossa análise é a importância do espaço construído para os processos de acumulação de capital abordados ao longo de uma vasta produção de David Harvey, em especial, Os limites do Capital e Paris, capital da modernidade. Estrutura de capítulos: Capítulo 1: desenvolvimentismo: o nascimento, apogeu e estagnação do Distrito Industrial de Queimados (1976 – 2002). Capítulo 2: O oásis do novo desenvolvimentismo na Baixada Fluminense: elementos para compreensão do crescimento econômico de Queimados (2003-2015) Capítulo 3: A miragem do desenvolvimento: a crise do novo desenvolvimentismo e o espaço econômico de Queimados (2016-2017).

MORFOMETRIA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GUAXINDIBA/ALCÂNTARA- LESTE METROPOLITANO (RJ), ASSOCIADA À ANÁLISE DA DINÂMICA DE USO E COBERTURA DA TERRA PARA AVALIAÇÃO DA VULNERABILIDADE A OCORRÊNCIA DE ENCHENTES

Pâmela Suelen Pereira Mendanha Lopes Pereira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Mestranda - PPGGEO)

A Bacia Hidrográfica do Rio Guaxindiba/Alcântara situa-se na porção leste da Baía de Guanabara e abrange os municípios de Niterói, São Gonçalo e parte de Itaboraí. O principal afluente da bacia estudada é o Rio Alcântara, cujas nascentes se localizam na Serra Grande, município de Niterói. Segundo Damasco e Cunha (2014), a área estudada compreende a 168, 37 Km². O contexto histórico de ocupação e modificação dos canais do Leste Metropolitano, em especial a área estudada se deu em três momentos, conforme destacado por Damasco e Cunha (2014): o primeiro momento diz respeito à lógica da navegabilidade e às primeiras canalizações, retificações e abertura de canais pela “Comissão Federal de Saneamento e desobstrução dos rios que deságuam na Baía de Guanabara”, que funcionou de 1910 a 1916. O segundo momento diz respeito às obras do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) no contexto do crescimento urbano dos anos 1940-60, cujo principal objetivo era secar terras úmidas e o terceiro momento compreende aos anos de 1960-80 com a abertura da rodovia Niterói-Manilha o que levou a ocupações rumo as áreas de manguezais. Amador (1997) afirma que as transformações mais radicais no Leste Metropolitano seriam produzidas pelas diversas "companhias de saneamento" e pelo já extinto Departamento de Obras e Saneamento (DNOS), a partir da década de 30, pois todos os grandes rios da baía foram modificados, restando como naturais apenas os trechos inferiores situados da bacia hidrográfica do Rio Guaxindiba, onde descrevem amplos meandros de maré e são orlados de extensos manguezais. A Área de estudo exhibe ao longo de seu processo histórico de ocupação diversos momentos que enfatizam a problemática ambiental das enchentes e inundações urbanas decorrentes do processo de transformação do espaço nessa área. Amador (opcit) chama atenção para a modificação dos rios, estes que antes eram navegáveis, com canais meândricos naturais e povoados de vida, hoje se encontram transformados em valas retas e estéreis com canais assoreados, por conta do processo histórico de uso e ocupação. Os registros históricos da região demonstram como foi determinante o processo de ocupação do Leste Metropolitano para alteração e modificações na bacia hidrográfica do Rio Guaxindiba/ Alcântara, pois a forte urbanização sem planejamento foi responsável por grandes impactos nos sistemas físicos que alteraram o perfil de equilíbrio do rio (CHRISTOFOLETTI, 1980) com a impermeabilização do solo, retinização e canalização dos rios, assim como a remoção da cobertura vegetal e o descarte inapropriado de rejeitos. Essa problemática tem a função de desestabilizar a área de estudo alterando a dinâmica de transporte de água, sedimentos, aumentando o escoamento superficial e dificultando a infiltração da água no solo. Segundo Machado e Torres (2012), levantar parâmetros morfométricos de várias bacias hidrográficas de uma dada região permite identificar aquelas que apresentam maior vulnerabilidade ambiental, ou seja, aquelas que são mais suscetíveis à ocorrência de processos erosivos e inundações, permitindo assim orientar o uso racional e menos impactante a ser implantado em tais áreas. Nesse sentido, ressalta-se

a importância desta pesquisa, com a proposta de identificar e quantificar parâmetros geomorfológicos da bacia hidrográfica do Rio Guaxindiba/ Alcântara que indiquem a sua vulnerabilidade quanto à ocorrência de enchentes. Será possível localizar as áreas que são mais suscetíveis a tais processos, assim como o entendimento da problemática relacionada à cobertura e uso da terra e, dessa forma, fatores que intensifiquem os problemas atualmente observados nessa área.

Bibliografia:

AMADOR, E. S. **Baía de Guanabara e Ecossistemas periféricos: Homem e Natureza**. Rio de Janeiro: EDITORA [s.n], 1997. 539 p.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Edgard Blucher, 1980. 188 p.

DAMASCO, F. S ; CUNHA S. B. **Reconstituição das alterações em canais fluviais urbanizados com base na cartografia histórica: bacia dos rios Guaxindiba/Alcântara (RJ)**. 10 SINAGEO, Manaus/ Am. 2014, Disponível em <http://www.sinageo.org.br/2014/trabalhos/6/6-321-1332.html> acesso em 02/05/2018.

MACHADO P. J. O.; TORRES, F. T. P. **Introdução a hidrogeografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 178p.

SILVA, L. O; PLACIDO, D. T. **Mapeamento e avaliação das principais áreas de expansão urbana na bacia do Rio Muriqui, Leste Metropolitano do Rio de Janeiro (RJ)**. 10 SINAGEO, Manaus/ Am. 2014, Disponível em <http://www.sinageo.org.br/2014/trabalhos/6/6-420-1358.html> acesso em 02/05/2018

A MOBILIDADE URBANA NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO COMO MEIO SEGREGADOR: OS TRANSPORTES PÚBLICOS NOS BAIROS DE BANGU E REALENGO COMO FERRAMENTA DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL

Renan Navarro Martins

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Mestrando - PPGGEO)

A cidade do Rio de Janeiro, localizada na Região Metropolitana, destaca-se quanto a sua grande densidade demográfica, além de ser um espaço sinônimo de contradições e conflitos, havendo locais que recebem grandes investimentos públicos e privados em áreas como segurança e infraestrutura urbana e, em contrapartida, outras que recebem baixíssimos investimentos nessas mesmas áreas, conduzindo a uma infraestrutura urbana inadequada devido à falta de políticas públicas (Data Rio, 2018). O Município do Rio de Janeiro é dividido em 5 Áreas de Planejamento que apresentam população estimada de 6 milhões de habitantes com alta densidade demográfica (cerca de 5 mil habitantes por km²) (Data Rio, 2018). A proposta deste estudo é tentar relacionar a Política Pública de mobilidade urbana à segregação socioespacial da Área de Planejamento 5 (Zona Oeste do Rio de Janeiro), através dos transportes públicos. O objetivo é fazer um levantamento dos transportes mais utilizados durante a semana pelos moradores dos bairros de Bangu e Realengo para a Central do Brasil e Barra da Tijuca, e o mesmo levantamento para os finais de semana. Essas áreas possuem crescente segregação socioespacial e distribuição desigual dos serviços e equipamentos urbanos (Data Rio, 2018). Uma forma de produção do espaço urbano são as formas de estruturas de Mobilidade Urbana, como o BRT (Bus Rapid Transit) que consiste um transporte articulado com circulação exclusiva em um corredor expresso. Criado em 2012, o consórcio conta com os corredores TransOeste, TransCarioca e o TransOlimpica. Uma outra forma que caracterizamos os espaços urbanos, em especial, ao subúrbio carioca é a presença de linha férrea cortando-o, dando status de urbano ao mais distante dos bairros do subúrbio em relação ao Centro do Rio. A Supervia atua na Região Metropolitana do Rio de Janeiro desde 1998, oferecendo um serviço de trens urbanos que liga a Área Central do Rio de Janeiro à Zona Oeste e a Baixada Fluminense, através dos Ramais Santa Cruz e Japeri, entre outros. Tentar compreender a relação entre segregação socioespacial e as políticas de mobilidade urbana é uma tarefa complexa, pois o processo de produção do espaço urbano é desigual, e isso é observado nas mais distintas feições de uma cidade, nos mais variados usos do território. O conceito de *segregação*, origina-se na história através de uma reclusão, que proporciona uma formação de *ghetto* (judeus em Veneza) (VASCONCELOS, pág. 23, 2013). Sua palavra origina-se do latim *segrego* que traduz uma ideia de cercamento, “uma segregação involuntária, isto é, o processo que conduz à formação de áreas semelhantes aos ghettos, nas quais a população é forçada a residir” (VASCONCELOS, pág. 24; 2013). Com a premissa de garantir e assegurar o bem-estar da sociedade, o Estado utiliza-se das Políticas Públicas. São “respostas que os governos devem dar para mitigar ou para solucionar os problemas e/ou atender às demandas existentes nas sociedades tendo em vista os objetivos e os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição.” (Queiroz, 2012). Dentre as Políticas Públicas, este estudo destaca a Política Nacional de Mobilidade Urbana, que visa “contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de

desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.” (BRASIL, 2012). Neste estudo, proponho entender e levantar as dificuldades que os moradores da Zona Oeste do Rio de Janeiro enfrentam ao utilizarem os transportes públicos citados anteriormente. Inicialmente foi elaborado um questionário na plataforma Google Forms, de maneira que pudesse se ter uma amostragem do tipo de transporte que os moradores dos bairros de Bangu e Realengo utilizavam para se deslocar até a Central do Brasil e Barra da Tijuca e o tempo que levavam nesse deslocamento. O próximo passo da pesquisa é a realização do mesmo questionário de maneira física, nos pontos de grande circulação e no horário matutino, quando há um aumento no número de usuários do transporte público. Na etapa seguinte da pesquisa, serão reunidas as informações dos 2 questionários (digital e físico) e confrontá-las. As respostas serão tabuladas para que se tenha uma listagem com todas as opções de acesso à Central do Brasil e Barra da Tijuca. Esses dados serão comparados com as informações disponíveis no site da Supervia, BRT, Fetranspor e Rio Ônibus. Com este banco de dados estruturados e as informações asseguradas, a parte final da pesquisa será um trabalho de campo comparando as informações passadas nas pesquisas, as percepções dos usuários de transporte público da Zona Oeste do Rio de Janeiro e as informações oficiais dos sites das empresas.

Referência

BRASIL. (JAN de 2012). LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012. *Política Nacional de Mobilidade Urbana*.

BRT (Bus Rapid Transit). (2019). *BRT - Transporte Rápido por Ônibus*. Acesso em 06 de Jan de 2019, disponível em BRT Rio: <http://brtrio.com/>

Data Rio. (19 de Maio de 2018). *Armazém de Dados*. Fonte: DataRio: <http://www.data.rio/>

Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. (19 de Maio de 2018). IPP. Fonte: Instituto Pereira Passos: <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/>

Queiroz, R. B. (2012). *Formação e gestão de políticas públicas* (1ª ed.). Curitiba, PR, Brasil: EDITORA intersaberes.

Supervia. (2019). *Supervia - Trens Urbanos*. Acesso em 06 de Jan de 2019, disponível em Supervia: <https://www.supervia.com.br/>

Vasconcelos, P. d., Corrêa, R. L., & Pintaudi, S. M. (2013). *A Cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo, Brasil: EDITORA CONTEXTO.

OS IMPACTOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO ENSINO DE GEOGRAFIA NO FINAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Tainá Gomes de Araújo

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Mestranda - PPGGEO)

No contexto de retomada do caráter ortodoxo da ofensiva neoliberal, que impacta de sobremaneira as políticas sociais no país, se materializa nos dias atuais um conjunto de reformas para a consolidação da formação humana sob os imperativos ético-políticos da sociabilidade burguesa. Com foco específico sobre a juventude matriculada no Ensino Médio, não descartando a totalidade do sistema educacional, temos nos dias atuais a cimentação, de modo indissociável, da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que institucionaliza, no contexto de fragilização da identidade da última etapa da Educação Básica, assim como do sentido de qualidade da educação, imperativos para formação do homem de novo tipo. Neste sentido, no presente trabalho tomamos como objeto de estudo a BNCC, sob as premissas expostas. Logo, o estudo propõe analisar os impactos causados pela Base Nacional Comum Curricular no ensino de Geografia no final da educação Básica. Para atingir tal objetivo será realizada a priori uma análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para que se possa compreender as políticas curriculares no contexto dos anos 90. Em seguida buscaremos discutir as políticas educacionais dos anos 2010 a 2019, com o intuito de entender as circunstâncias sócio-políticas que determinaram a formulação da nova BNCC. Além disso, a BNCC será também analisada para que possamos compreender como a disciplina da Geografia é abordada em tal documento. Por fim, será possível perceber que a BNCC acarreta grandes impactos tanto na formação dos alunos do Ensino Médio, bem como nos cursos de licenciatura. Para tal, a pesquisa irá se ancorar no exame bibliográfico-documental das áreas de Educação e Geografia, assim como dados estatísticos oficiais. Como resultado a presente pesquisa busca compreender os impactos que a BNCC acarretará para o ensino de Geografia no país, reiterando as intencionalidades do Estado ante à ciência em questão e suas potencialidades.

Palavras-chave: Ensino; Geografia; Currículo.